

desesperados nos Municípios, com as atribuições que são transferidas, todos os dias, pela legislação brasileira inclusive, e pelo Governo, e a emenda parlamentar impositiva foi, sem dúvida nenhuma, uma grande conquista da distribuição da arrecadação tributária do Governo Federal. Deputados e Senadores são a última salvação de Prefeitos neste País, para a construção de uma creche, para a construção de uma escola, de um centro comunitário, de uma rodovia, de uma praça, de um campo de futebol.

Eu tenho uma experiência longa no Parlamento. E eu tenho inaugurado muitas obras importantes no meu Estado, assim como vários Parlamentares têm conseguido, em todos os Estados do Brasil, fruto da emenda parlamentar impositiva. E a possibilidade de termos essa emenda constitucional acordada com os Líderes, votada na Câmara dos Deputados e que, diante de um acordo, será votada no Senado da República, é a garantia para que Prefeitos e Governadores no Brasil tenham, de fato e de direito, recursos assegurados.

Eu fui Deputado num momento em que as emendas não eram impositivas, nem de bancada e nem individuais. E a gente sabia o que o Governo fazia com Parlamentares. Aí era o toma lá, dá cá. Se a nova política deste Governo, que é dita a todo momento, quiser mudar de verdade essa questão do toma lá, dá cá, o Governo deveria apoiar essa emenda, assim como os Parlamentares estão apoiando, para, de fato, nós não precisarmos de fazer negociação ou conversa com o Poder Executivo para liberar esses recursos. A gente promete para os Prefeitos, a gente promete para os Governadores, e a gente sabe que vai sair. E a gente não depende de uma conversa, de uma votação para ter a liberação dos recursos.

Então, eu respondo a V. Exa. com a tranquilidade e com a convicção de que esses recursos serão muito bem-vindos nos quatro cantos do País.

Ordem do Dia.

Proposta de Emenda à Constituição nº 141, de 2015 (nº 215, de 2013, na Câmara dos Deputados), que acrescenta o §3º ao art. 42 da Constituição Federal, que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, que permite que bombeiros e policiais militares acumulem cargos.

Parecer nº 103, de 2019, da Comissão Diretora, tendo como Relatora, em segundo turno, a Senadora Leila Barros.

Discussão da proposta em segundo turno.

A Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito até o encerramento da discussão em segundo turno, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno.

Está em discussão a matéria em segundo turno. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

Passa-se à votação da matéria.

Consulta os Srs. Líderes sobre se desejam encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo...

Senadora Rose de Freitas, pelo...

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, o Podemos vota favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Favorável à matéria.

Informo ao Plenário...



Pela Rede Sustentabilidade, o Líder Randolfe Rodrigues.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Não, Presidente, é a solicitação para V. Exa. abrir o painel para encaminhamento das Lideranças enquanto se processa a votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota a Rede Sustentabilidade?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já tão rapidamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Atendendo ao pedido de V. Exa., a Mesa está trabalhando rápido.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Estou percebendo, prestigiosa. É rápida e eficiente a direção de V. Exa. à frente do Senado e à frente da condução dos trabalhos.

Presidente, quero reiterar o que já havia anteriormente destacado, o comprometimento da Bancada da Rede Sustentabilidade e da oposição com essa matéria.

Ainda ontem, dizíamos que esta matéria representa, de fato, a nova política, porque põe fim...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, essa é a emenda constitucional que também é a nova política, que também é a nova política: darmos oportunidade para os bombeiros militares e para os policiais militares lecionarem e atenderem nos hospitais como médicos e professores é uma grande conquista para o Brasil e esse é o caminho da nova política que o Senado apresenta com essa emenda constitucional.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado por colaborar, contribuir e complementar.

À essa proposta de emenda à Constituição tanto a oposição quanto a Rede Sustentabilidade encaminham o voto favorável por ser nova política e também por assegurar um direito inquestionável de policiais e bombeiros militares de todo o Brasil.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o Cidadania...

No fundo do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Alessandro, pelo Cidadania.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada.) – O Cidadania encaminha positivamente a proposta, meritória e que reduz um pouco a discriminação que sofrem os nossos militares.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Cidadania vota "sim".

Líder Jorge Kajuru, como vota o PSB? *(Pausa.)*

Líder Cid Gomes, como vota o PDT?



Emenda Constitucional 141, que autoriza os militares a acumular. Dispõe sobre os militares acumularem cargos.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Na ausência do Líder, Senador Weverton, falo pelo PDT, encaminhando voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Enquanto há orientação dos Líderes partidários, comunico ao Plenário que está aberto o painel de votação e, por se tratar de uma emenda constitucional, precisamos de 49 votos favoráveis.

Para falar pelo Partido da República, Senador Jorginho Mello.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para orientar a bancada.) – Presidente Davi, quero fazer um encaminhamento. O Partido da República vota "sim".

É uma forma de darmos oportunidade a talentos, a pessoas preparadas para que possam exercer essas duas atividades – atividades de professor e médico. Vamos suprir uma dificuldade, muitas vezes, em alguns Municípios, pela falta de gente preparada para dar aula, ou poder trabalhar num hospital, ou poder prestar mais algum serviço.

Então, o Partido da República vota favoravelmente a esta PEC por entender que ela é de um alcance social muito grande.

Esse é o encaminhamento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Jorge Kajuru, pelo PSB.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – O PSB recomenda evidentemente o voto "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Daniella Ribeiro, Líder do Progressista.

**A SRA. DANIELLA RIBEIRO** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, pela importância dada aos grandes quadros que existem e que são os militares no sentido de dar o magistério... Como pedagoga que sou, sei da importância também do reconhecimento de se ver, num momento tão difícil, que professores não têm o reconhecimento necessário ainda hoje em nosso País. Tenho a oportunidade de oferecer a esses cidadãos, homens e mulheres de bem, a possibilidade de dar a sua contribuição também no ambiente do magistério.

Então, Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota, Senador Marcio Bittar, o MDB?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, faltou o registro da oposição, Minoria, no Plenário. E o voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Registrar no painel o voto "sim".

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, o MDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o PSDB, Senador Plínio Valério?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O PSDB encaminha a votação "sim", Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O PSDB vota "sim".

Convido os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para que possam vir ao Plenário.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O PSL para encaminhar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Estamos em processo de votação.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Presidente, o PSL para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Líder Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, nosso Brasil, hoje estamos consolidando, com esta votação em segundo turno – já agradeço a V. Exa., a todo o Plenário, aos 81 Senadores –, este momento em que se faz justiça, facultando a possibilidade de policiais militares e de bombeiros militares terem um duplo vínculo de trabalho, aqueles que têm especialidade na saúde ou na educação, como professores.

Ontem, com muita propriedade, o Capitão Styvenson lembrou aqui neste Plenário que estamos comemorando a possibilidade de o policial e de o bombeiro poderem trabalhar mais. A população que entenda que nós teremos professores que são policiais altamente qualificados, profissionais da saúde que são policiais e bombeiros altamente qualificados, o que não tira a responsabilidade dos Governos dos Estados com relação à política salarial, às carreiras, a direitos, vantagens e garantias mínimas para a mais sofrida e mais arriscada das profissões.

Então, como Líder do PSL, como veterano policial – o Styvenson agora também, jovem, mas um veterano policial, é o mais jovem policial Senador na história do nosso País –, para nós, é um motivo de satisfação e agradecimento ao Senado da República.

A partir de hoje, com a votação em segundo turno, os nossos policiais militares e bombeiros militares de todo o Brasil que têm habilitação para o ensino e para a saúde poderão atender também a população nessas especialidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val.

**O SR. MARCOS DO VAL** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Quero aqui, em nome de todos os profissionais da área da segurança, do bombeiro, dar os parabéns à Casa pela aprovação nessa caminhada agora para o segundo turno. São profissionais que sempre sofreram aí o descaso, a dificuldade da profissão, não conseguiam exercer e dar boas condições para a família. Uma pressão muito grande da família para que deixassem a profissão e seguissem outras carreiras.

E, com essa posição hoje do Senado, nós Senadores vamos dar melhores condições para o núcleo familiar desse profissional, que arrisca a própria vida, que é capaz de dar a própria vida por nós e até por pessoas que criticam o trabalho deles.



Eu quero dizer que, em países de primeiro mundo, isso é feito como incentivo. Então, como o próprio Governo não tem condições, alguns, de melhorar ainda mais o salário, como merecido, como deveriam receber, abriram também essas possibilidades de prestarem serviço para outros órgãos para poder incrementar o seu salário.

Então, muito obrigado ao Senado por ter acatado o meu pedido de colocar isso como prioridade aqui em votação. Quero dar os parabéns aos policiais aqui da Casa, como o Senador Major Olimpio, o Senador Alessandro e outros policiais que hoje fazem parte aqui do Senado Federal. Dizer que estou muito feliz por isso e nós vamos continuar a brigar por pessoas que brigam por nós lá fora e mudar o cenário que eles vivem hoje, de perda de vida muito grande, de uma pressão familiar muito grande.

Assim, a gente está dando um passo enorme em reconhecimento a essa profissão, essa categoria, que sempre fez por nós, e nós nunca fizemos por eles.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu votei "sim", na mesma linha dos outros Senadores que me antecederam, reconhecendo e valorizando essa importante categoria da segurança pública do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exa. a possibilidade de nós desarquivarmos uma PEC – Requerimento 140 – que trata da aposentadoria por invalidez. Essa PEC é da Deputada Andreia Zito, do PSDB, mas é um projeto que eu, do PT, tenho que defender porque entendo que ele faz justiça para os servidores aposentados por invalidez. Algo que já é assegurado tranquilamente para aqueles que são aposentados por invalidez na área do Regime Geral. Então, o mesmo direito é que a PEC aponta.

O Senador Romero Jucá já tinha dado inclusive um parecer favorável. Eu só peço que ela seja desarquivada para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A Mesa receberá o requerimento de V. Exa. e, assim que nós concluirmos a votação, nós deliberaremos sobre isso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria de convidar os Senadores e Senadoras para que possam vir ao Plenário. Nós estamos em processo de votação de uma emenda constitucional e necessitamos, apesar de o painel indicar todos os partidos orientando a votação "sim"...

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... nós precisamos de 49 votos no Plenário.

Senador Telmário.



**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para orientar a bancada.) – O PROS, Sr. Presidente, encaminha "sim". Isso é uma grande justiça que vai ser feita.

Acho que esta Casa, assim como fez com os professores, dando alternativa de ter uma outra oportunidade de trabalho, com os militares agora faz isso e estabelece, sem nenhuma dúvida, uma justiça a esses profissionais da área. Portanto, o PROS acompanha com o "sim", Sr. Presidente.

**O SR. RODRIGO PACHECO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, o Democratas orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Democratas orienta "sim".

Líder Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, primeiro cumprimentar o Senado, porque acho que nós estamos fazendo, com essa proposta, um grande bem ao interior do Brasil, porque daremos acesso a regiões como Amapá, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e no Nordeste brasileiro, de recursos humanos que são especializados, que estão, muitas vezes, dentro das forças de segurança e que, por limitações constitucionais, acabavam não podendo ter esses contratos.

Portanto, para fazer justiça, votamos "sim" e encaminhamos "sim", pelo MDB e pela Maioria, a votação com relação a essa proposta de emenda à Constituição.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu quero apenas cumprimentar aqui, inicialmente, o ilustre Deputado Federal, amigo, democrata que, sem sombra de dúvida, muito bem representou a Polícia Militar quando estava exercendo o cargo de Coronel, que é o Deputado Federal Alberto Fraga, como também o ilustre Senador Antonio Anastasia, Relator da matéria aqui nesta Casa.

Eu acho que não era nada razoável não permitir que os policiais militares e bombeiros neste imenso País pudessem, naturalmente, exercer um segundo cargo, tanto de professor como de médico, até pelas dificuldades que nós temos, muitas vezes, desses profissionais em determinados Municípios e Estados deste País. Todavia, lá em Mato Grosso nós já temos o colégio Tiradentes, que é um colégio estadual, mas administrado pela Polícia Militar de Mato Grosso, e que, indiscutivelmente, é orgulho não só da corporação, mas sobretudo do povo mato-grossense. Na medida em que nós já temos, se não me falha a memória, cinco ou seis colégios desses, da Escola Tiradentes, não só na capital, como também no interior do Estado, há praticamente um clamor de que todos os Municípios do nosso Estado tenham um colégio Tiradentes.

Portanto, eu acho que nós estamos fazendo hoje justiça, até mesmo suprimindo uma deficiência que nós temos em relação não só ao corpo de professores, em determinados Municípios, como também na área médica.

Portanto, eu acho que é um avanço, uma conquista e aqui eu não posso deixar de cumprimentar o Deputado Alberto Fraga, que foi autor dessa PEC, para que se pudesse, no dia de hoje, com certeza, consagrar, através dessa votação, em que, eu acredito, sem sombra de dúvida, teremos a maioria absoluta do "sim".



Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero só, em nome do PT...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi-me solicitado agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em seguida, o Senador Fabiano Contarato.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para orientar a bancada.) – No dia em que fizemos aqui a homenagem aos bombeiros de Minas Gerais e do Brasil todo, eu, em nome da bancada, já usei a tribuna e assumi o compromisso de votar com eles em questões importantes como essa, que é o direito de ter outra atividade, desde que seja com a PEC aprovada, e também de uma posição firme em relação a essa categoria, tratando-os de forma especial na reforma da previdência.

Então, a bancada, por unanimidade, está votando "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Partido dos Trabalhadores indica o voto "sim", Senador Paim.

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

O PROS falta registrar no painel "sim".

Senador Fabiano Contarato.

**O SR. FABIANO CONTARATO** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigado. Parabéns pela sua condução à frente desta Casa.

Eu estou muito feliz aqui. Eu sou do meu Estado, o Espírito Santo, e tenho orgulho de dizer que sou Delegado da Polícia Civil há 26 anos e que o Senado hoje está demonstrando, está corrigindo uma injustiça, porque não adianta você ser claro, lá no art. 144 da Constituição Federal, de que a segurança pública é direito de todos e dever do Estado, sendo que o principal violador desse direito é o próprio Estado, quando ele não equipa as instituições de segurança, quando ele não proporciona um salário mínimo digno, um salário capaz de suprir as necessidades da família. A função não é só no local de trabalho, nós carregamos essa função para as nossas casas, para o nosso círculo social.

Então, quem está saindo ganhando com essa emenda constitucional não são os policiais militares nem os bombeiros, é toda sociedade, mas principalmente o Estado, porque o Estado vai ganhar agora com uma mão de obra mais do que qualificada. Se esses profissionais cumlarem cargos na docência, na saúde, quem vai ganhar com isso vai ser a sociedade, mas o Estado vai economizar, porque terá ali a presença de um policial militar, a presença de um bombeiro que, numa eventualidade, vai estar ali cumprindo a sua função, que é 24 horas por dia trabalhar em prol, em defesa da sociedade, para proporcionar aquilo que é a garantia de uma segurança pública.

Estou muito feliz. Passou da hora desse reconhecimento, com essa emenda à Constituição agraciando a cumulação de cargos tanto para os policiais militares, como para o Corpo de Bombeiros.

Eu quero chegar também um dia nesta Casa para agradecer o reconhecimento salarial desses profissionais, que são verdadeiros guerreiros, que são capazes de doar a vida e renunciar a suas famílias para defender todos nós, toda a população.



A mão de obra se qualificar, ter cursos permanentes, proporcionar isenção na aquisição de armas, de diversos equipamentos que são necessários para exercer com seriedade e eficiência o múnus público...

Eu estou muito feliz.

Quero agradecer a todos os colegas Senadores em nome de todos os policiais militares do meu Estado, do Corpo de Bombeiros e espero também que nós possamos comemorar.

Nesta reforma da previdência, os professores, os policiais têm que ter efetivamente um olhar diferenciado, porque a função é nobre – não desmerecendo as demais –, tem uma dedicação muito forte.

Muito obrigado e parabéns ao Senado Federal.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano Contarato, faço das suas palavras as nossas.

Estou muito feliz e satisfeito de estarmos hoje aqui votando essa matéria importantíssima, podendo aproveitar o quadro qualificado dos policiais e bombeiros militares para cuidar das nossas crianças, nesse protagonismo da educação nacional, cuidar da saúde das pessoas. Então, eu não tenho dúvida que essa emenda constitucional está fazendo justiça a esses patriotas que defendem todos os dias, cuidam da nossa segurança, cuidam dos brasileiros em todo o nosso País.

Senadora Eliziane.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui dois registros. Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Contarato, que nos encheu de orgulho hoje na CCJ, na apresentação de um relatório completo, um relatório mostrando toda uma trajetória de luta das mulheres brasileiras pelo direito ao voto, pelo direito de ser votada, pelo direito de ter a definição de cotas e, portanto, participar de uma forma mais ampla dos espaços de poder. Apresentou, na verdade, um relatório importante e conclusivo, rejeitando a iniciativa de um projeto de lei que está na CCJ e que estabelece o fim das cotas de participação das mulheres, o que é um retrocesso. Todas nós mulheres e os homens que defendem a participação equitativa, isonômica, não admitem. Quero registrar, Senador Contarato, o meu orgulho e a minha felicidade de estar ali do seu lado para acompanhar esse voto muito importante, o seu relatório ali na CCJ.

Segundo, Presidente, eu queria fazer aqui um registro que eu julgo muito importante. O Senador Marcos do Val, que é do nosso partido, foi escolhido Senador relator de uma das propostas do pacote anticrime do Ministro Sergio Moro, que está em tramitação nesta Casa. O projeto dele, que ele estará relatando, é aquele de que constam mais itens inclusive polêmicos e que poderão ser ajustados a partir das várias emendas apresentadas na CCJ.

Ocorre que, após receber a relatoria desse projeto, ele sofreu ameaças à sua vida pessoal e à de sua família, e isso é uma prática que alguns utilizam de forma a intimidar aqueles que se propõem a trabalhar sobretudo pelo combate ao crime organizado. Nesse sentido, eu queria pedir a V. Exa. que proceda, na verdade, às condições necessárias para que o Senador possa garantir a





sua segurança e possa trabalhar num nível de tranquilidade. Não se pode admitir que se tente intimidar um Senador da República eleito para defender o povo brasileiro.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa ameaça não interfere em nada na vida dele, mas ele tem familiares, tem pessoas que estão ao seu redor, que também precisam da garantia de ter a segurança da sua proteção. Portanto, eu quero solicitar a V. Exa. que dê a atenção devida para que o Senador e a sua família possam ter as garantias mínimas necessárias para que o seu trabalho possa prosseguir numa tranquilidade mínima, que possa ser razoável, para que nós possamos ter um relatório ao final conclusivo na Comissão de Constituição Justiça.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu comunico ao plenário que já recebi documento encaminhado pelo Senador Marcos do Val e já encaminhei para a Polícia Legislativa do Senado da República tomar providências em relação à integridade e à proteção do Senador da República Marcos do Val.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Major Olimpio.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me parece que houve uma inclusão na nossa pauta dos itens 3, 4 e 5, que são Propostas de Emenda à Constituição. E já foram até exauridas as discussões em outra legislatura.

Principalmente sobre esse item 3 – eu estive pela manhã toda, quando tivemos uma produtiva e intensa discussão e debate, na CCJ, acerca da PEC do orçamento impositivo, que será votada logo mais – não tivemos tempo hábil nem sequer para apreciação dessas matérias.

Então, encareceria a V. Exa., até porque V. Exa. tem, de forma muito democrática, no Colégio de Líderes, feito um esforço para que as Lideranças tenham a pauta até sexta-feira, para que possa ser encaminhada aos Srs. Parlamentares. Como essas três PECs foram colocadas hoje na pauta, encareceria a V. Exa. e aos demais Líderes que nós tivéssemos um tempo hábil para examinar essas matérias, para votarmos com convicção.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu recolho as ponderações feitas por V. Exa. e esclareço ao Plenário que esta matéria me foi solicitada pelos Senadores Roberto Rocha e Irajá, mas eu recolho as ponderações de V. Exa. Nós retiraremos da pauta do dia de hoje e, na sexta-feira, publicaremos para cumprirmos o acordo com os Líderes partidários.

Senador Heinze, e vou encerrar a votação.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Colegas Parlamentares, hoje, de manhã, fomos recebidos pelo Presidente do Banco Central e a Diretoria, na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu fiz uma ponderação para a qual eu quero chamar a atenção da sociedade brasileira, que está nos acompanhando neste instante, pela TV Senado.

Está conosco aqui o nosso ex-Deputado, ex-Senador e, hoje, Governador Ronaldo Caiado. Muito orgulho, meu parceiro.



O assunto do crédito rural nós o debatemos muito. E vou falar, Senador Caiado, que V. Exa. tem parte nesse processo, e a Senadora Kátia Abreu também, como Deputada na nossa Frente Parlamentar da Agricultura.

O crescimento que nós tivemos... E eu peguei um dado, Caiado: o Brasil emprestou, em 1979, em valores atualizados, R\$156 bilhões. Naquela época, nós produzimos 41 milhões de toneladas; hoje, estamos com 220. A área dobrou, mais ou menos dobrou a área, e a produtividade aumentou cinco vezes, 500% no Brasil.

Da mesma forma, cresceram a produção de carnes, lácteos, fibras, frutas. O Brasil, hoje, da agricultura é totalmente diferente.

O valor aplicado no ano passado na agricultura familiar e na agricultura empresarial deu em torno de R\$220 bilhões, R\$230 bilhões. Agora, a produção é cinco vezes mais da que tivemos naquela época.

E o que me chamou a atenção é que, naquele momento dos governos militares, a taxa de juro cobrada dos produtores era praticamente 20%, 25%, 30% da inflação do momento. Foi incentivado, e o Brasil tem o que tem hoje graças àquele incentivo daquela época.

Portanto, a taxa de juro e os valores do financiamento para a próxima safra não podem superar os valores que nós tivemos na safra passada de 2018/2019.

Portanto, é uma solicitação em nome dos produtores não apenas do Rio Grande do Sul; nós temos produtores do Brasil inteiro clamando para que a gente possa ter esse incentivo através do crédito rural. Precisamos, sim, de mais recursos para o seguro agrícola. Enviamos para lá R\$400 milhões no ano passado, mas não pode baixar de R\$1 bilhão o volume da subvenção do seguro agrícola para ajudar, também, os produtores brasileiros.

Esse é o recado que eu queria deixar aqui, Sr. Presidente. É muito importante que o Presidente do Banco Central, que o Ministro Paulo Guedes... Nós estamos ajudando a nossa Ministra Tereza Cristina, da agricultura familiar e também da agricultura empresarial, para que tenhamos volumes de recursos compatíveis e taxas de juros compatíveis, Deputado Marcelo, para a agricultura do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sul ou do Sudeste – taxas de juros compatíveis, volumes de recursos compatíveis – com o tamanho da agricultura brasileira quando comparados aos subsídios que os americanos, que os europeus, que os asiáticos dão para o tamanho da sua agricultura.

É o chamamento que a gente faz aqui para que o Governo brasileiro, o Presidente Bolsonaro, siga nessa direção.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria também de aproveitar a oportunidade, antes de encerrarmos esta votação, de registrar a presença, no Plenário do Senado da República, do Governador Ronaldo Caiado.

Governador Ronaldo Caiado, tive a honra de ser liderado por V. Exa., na Bancada do Democratas. Tenho uma satisfação muito grande de ter o seu carinho, a sua amizade e o seu companheirismo. Quero registrar a sua presença nesta Casa, que é a sua Casa. Sei que o povo do Estado de Goiás deu-lhe uma nova missão, num momento delicado e difícil da história nacional, mas V. Exa., firme, de cabeça erguida, disposto, irá enfrentar todos os desafios e transformar esse Estado da Federação brasileira, colocando o Estado de Goiás onde o Estado de Goiás merece.

Parabéns! Que Deus o abençoe e o proteja nessa missão. Sinta-se em Casa no Senado da República, na sua Casa, com seus amigos. Seja sempre muito bem-vindo!



**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem o Senador e Líder Jorge Kajuru.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – É para acompanhar suas palavras em relação a esse homem público brasileiro, que é um orgulho para o Estado de Goiás. Recebeu um Estado falido, destruído pelo maior corrupto da história de Goiás – e agora a Justiça está mostrando quem ele é. Ronaldo Caiado e eu fomos os únicos que enfrentamos aquela nefasto cidadão, político de Goiás, que, por 20 anos, acabou com o nosso Estado.

Ronaldo Caiado está reconstruindo o Estado de Goiás com muita coragem. Uma certeza o Estado tem que ter: Ronaldo Caiado não rouba, não deixa roubar e vai fazer o melhor governo da história de Goiás. É um amigo de 35 anos, que, Presidente, inclusive, salvou a minha vida. A primeira vez foi quando tentaram matar-me, na residência do locutor esportivo Edson Rodrigues. Se não fosse Ronaldo Caiado eu não estaria aqui hoje no Senado. O Dr. Wolney Almeida chegou com revólver na minha cabeça. Caiado chegou e me protegeu. Depois, Ronaldo Caiado, como médico, salvou-me com uma cirurgia diabética, em função do estado em que eu estava, em Ribeirão Preto.

Então, registro aqui, em ata, a presença de um amigo, de um irmão e de um homem público que merece o respeito de todos nós e principalmente da população goiana, que precisa entender o que ele está passando, o sofrimento dele no dia a dia, de ter pegado um Estado, como tantos outros Governadores pegaram. Agora, igual a Goiás, eu tenho certeza de que nenhum outro pegou.

Parabéns, meu irmão Ronaldo Caiado. Siga e conte comigo, com o Vanderlan, com o Luiz, com a bancada de Goiás aqui. Nós o apoiaremos, estamos contigo sempre! Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria também de registrar, no Plenário do Senado, ao lado do Senador Marcelo Castro, futuro Presidente, pela composição do Senado da República, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), que eu acabo de assinar o ofício encaminhando aos Líderes partidários, tanto da Câmara quanto do Senado da República, que façam as indicações dos seus membros para a instalação da CMO. E, com muito orgulho, comunico ao Plenário que à representação do Senado da República, este ano, cabe a Presidência da CMO. E pelo acordo com os Líderes e pela proporcionalidade, o Presidente da CMO indicado pela maior bancada será o Senador Marcelo Castro.

Senadora Simone Tebet.

**A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Enquanto aguardo os demais Senadores votarem, Sr. Presidente, apenas quero parabenizar o autor desta PEC e o Relator, Senador Anastasia. Nós estamos fazendo, ainda que tardiamente, justiça a esses valorosos profissionais militares; mas mais do que isso, fazendo justiça à sociedade, que sairá beneficiada.

Nós estamos falando, afinal, de militares que têm muito a contribuir para o País. Eles podem, havendo compatibilidade de horários, dando obviamente preferência à sua atividade típica, do seu concurso, havendo, repito, possibilidade de horários, compatibilidade, acumular as suas atribuições com um cargo de professor ou um cargo na área técnica ou científica, ou mesmo – e fundamental – na área de saúde.



Repito, é tardio, mas é justiça não só com a categoria, mas principalmente com a sociedade, que será beneficiada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Roberto Rocha, posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Estávamos aguardando V. Exa.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*) (**Vide item 2.2.1 do Sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM a unanimidade dos Senadores presentes nesta Casa.

Está aprovada a Emenda Constitucional, em segundo turno.

A matéria vai à promulgação.

A Presidência convocará sessão solene do Congresso Nacional para a promulgação da Emenda Constitucional.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Cid Gomes.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – É só um questionamento.

Eu venho da Assembleia Legislativa, muitos anos atrás, e, em votações que exigiam quórum qualificado – como é o caso, por exemplo, de emenda à Constituição –, o Presidente votava. O Regimento do Senado não permite que o Presidente vote?

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. Só há possibilidade da votação, de o Presidente do Senado votar, só em votações secretas: de embaixador, de ministros, de diretores de agências, enfim...

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Acho que quórum qualificado... Vou propor uma mudança no Regimento para que, em quórum qualificado, o Presidente possa votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Naturalmente, essa sugestão será encaminhada para o Vice-Presidente da Casa, Senador Antonio Anastasia, que está reformulando nosso Regimento Interno do Senado.

Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2018, do Senador José Serra, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil.

A matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara de nº 60, de 2016.

Pareceres favoráveis da Senadora Rose de Freitas: – nº 11, de 2019, da CAE; – nº 105, de 2019, do Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

As matérias tramitam em regime de urgência, nos termos dos Requerimentos nºs 231 e 243, de 2019, que tiveram sua discussão iniciada na sessão deliberativa de ontem.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

